

SISEJUFE **FIQUE POR DENTRO**

Além da greve, é hora de pressionar diretamente os presidentes dos tribunais superiores por apoio à aprovação do PL 6613!

Os Servidores do Poder Judiciário Federal no Rio de Janeiro, em greve desde 22 de maio, estão encaminhando carta, disponível na página de internet do Sisejufe, aos presidentes dos tribunais superiores, pedindo manifestação de apoio à aprovação do PL 6613/2009, que trata da reestruturação de nossa carreira, com imediata revisão salarial. Para que nosso reajuste saia do papel é necessária a aprovação do substitutivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no qual consta a autorização para implementação do PL 6613

A discussão sobre um novo plano de cargos, carreira e remuneração começou a tomar corpo em 2008, quando o Supremo Tribunal Federal instalou uma comissão interdisciplinar para cuidar da elaboração de um anteprojeto. Estamos há pelo menos dois anos participando de debates, assembleias, reuniões, congressos, plenárias, audiências, paralisações e greves visando à elaboração, a tramitação e a aprovação de um novo plano, capaz de valorizar nossa carreira e resgatar nossa dignidade. O ex-presidente Lula, em 2010, chegou a sinalizar à aprovação deste projeto depois do período eleitoral, o que até agora não aconteceu.

O relator o relator-geral

da LDO, deputado Márcio Moreira (PP/MG), não indicou em seu relatório nenhum reajuste do funcionalismo público para 2012. Recusou, portanto, pelo menos 30 emendas que versavam sobre este tema, inclusive as três apresentadas pelo deputado Roberto Policarpo (PT/DF). A assessoria da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, com isso, tratou de colocar mais alguns obstáculos no caminho da aprovação do PL 6613. O substitutivo da LDO 2012 cria uma reserva especial, na ordem de R\$ 600 milhões, para atender proposições que vierem a ser consideradas adequadas do ponto de vista orçamentário

e financeiro, sob critérios a serem definidos pela CFT. Essa reserva não se constitui na única e exclusiva fonte de recursos para atender as despesas decorrentes de proposições em tramitação no Congresso. Para se cumprir as exigências do artigo 169 da Constituição, basta que a autorização para o PL conste do anexo específico da LOA/2012 e que os recursos suficientes para viabilizá-lo constem da programação de despesas da LOA.

O relator do PL 6613 na CFT, deputado Roberto Policarpo (PT-DF), cumpriu uma exigência formal apresentando as emendas, demonstrando que existe saldo na margem de expansão da DOCC em 2012 para aprovação do PL. Agora, a utilização desse saldo para concretizar o nosso PL 6613, assim como a autorização para execução e de dotação suficiente na LOA/2012, depende muito mais de vontade política do que de parecer técnico. Portanto, a categoria agora recorre aos presidentes dos tribunais superiores para que se posicionem a favor deste

justo pleito da categoria dos servidores do Judiciário Federal, cuja última parcela de reajuste salarial, relativo ao PCS3, já tem 4 anos.

As emendas necessárias, no tocante à dotação orçamentária e aos ajustes fiscais, foram apresentadas, como dito acima, ao relator-geral da LDO. Vale lembrar que as exigências feitas aos projetos dos servidores do Judiciário foram dispensadas do Decreto Legislativo 805/2010, que reajustou os salários do parlamentares e ministros do Executivo. Por tudo isso, trabalhamos para que a CFT coloque a matéria em pauta e aprove o PL 6613 – um projeto que irá atender mais de cem mil servidores em todo o país.

Cada servidor e servidora pode, via página de internet do Sisejufe, copiar a carta aos presidentes dos tribunais superiores e enviá-la aos mesmos – os e-mails estão disponíveis no mesmo arquivo. É hora de se abrir o caminho para o reajuste salarial dos servidores do Judiciário – o que, sem dúvida, vai servir para o aperfeiçoamento da Justiça brasileira.

SISEJUFE
— sisejufe.org.br —